



ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 24 DE JUNHO DE 2013

Acta n.º 34

Aos vinte e quatro dias do mês de Junho do ano de dois mil e treze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:35 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de onze de Junho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Aprovação das actas das sessões de 04-12-2012, 11-12-2012, 19-12-2012 e 25-02-2013; -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e eventual tomada de posição sobre o Relatório de Avaliação da CPCJ do ano 2012, nos termos da alínea i) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro;-----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da abertura do concurso para Concessão da Construção e Exploração de dois quiosques, nos termos da alínea a) do n.º 6 do art.º 64º, e alínea q) do n.º 2 do art.º 53, ambos da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento da Actividade de Comércio por Grosso no Município de Albufeira, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do art.º 53, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;-----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento da Biblioteca Lídia Jorge, conforme determina a alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SÉTIMO: Tomada de conhecimento, sob proposta da Câmara Municipal, do Relatório da Inspeção Ordinária, pela Inspeção-Geral de Finanças, ao Município de Albufeira, de acordo com o disposto na alínea q) do n.º 2 do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO OITAVO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento dos Horários de Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais do Município de Albufeira, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO NONO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de Zonamento Acústico, Plano Municipal de redução de Ruído e cartas de Ruído de Albufeira, de acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 8.º, do Regulamento Geral do Ruído;-----



PONTO DÉCIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2013-2016, conforme determina a alínea b) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 3.ª Revisão do Orçamento para o ano 2013 e a 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal - 2013, conforme determina a alínea b) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO DÉCIMO SEGUNDO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da composição dos júris de recrutamento para os cargos de Direcção Intermédia de 2.º e 3.º graus, previstos na estrutura orgânica dos serviços do Município de Albufeira, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 4.º e do n.º 1 do artigo 13.º, ambos da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto.-----

PRESENCAS: Carlos Eduardo da Silva e Sousa (PSD), Alberto Esteves do Rego Saraiva (membro suplente PSD), Vitor Manuel Clemente da Silva (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Francisco José Pereira Oliveira (PS), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Vitor José Correia Maria Vieira (PSD) 23:25, Luis Manuel Gomes Fernandes (membro suplente PS), Carlos Duarte Vieira Gabriel (PSD), Maria Isabel Rodrigues Mateus (PSD), Anabela Santos Nobre (membro suplente PSD), Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima (PS), Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha (PSD), Manuel José Guerreiro Gonçalves (membro suplente PSD), Sara Luísa Ascensão Marques Carvela Serra (PS), Maria do Rosário Calvino Charrua (BE), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Maria da Conceição Gomes Dias (membro suplente PSD), Ana Luísa Sousa Simões (membro PSD), a Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira - Maria Cristina Corado, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente, Presidente da Junta de Freguesia da Guia - Joaquim Manuel Correia Vieira, Presidente da Junta de freguesia de Olhos de Água - Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne - Francisco Manuel Fernandes Guerreiro.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Rolo, dos Vereadores em regime de permanência, Marlene Martins Dias da Silva, Carlos Sérgio Freire Quintino, José Manuel Bota Sequeira, Paulo José Rato Dias, e do Vereador em regime de não permanência David Martins.-----

FALTAS: Francisco João Magalhães Calhau (PSD), Florbela de Jesus Palma Caixinha



(PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Miguel Alexandre Correia Mesquita (PSD) e Hélder Manuel Rodrigues Sousa (Presidente de Junta de Freguesia de Albufeira) -----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos Membros, Francisco Calhau, Florbela Caixinha, Rui Bernardo, Helena Simões, Miguel Mesquita, e Hélder Sousa, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, os Membros, Alberto Saraiva, Luís Fernandes, Anabela Nobre, Manuel Gonçalves, Maria da Conceição Dias e Maria Cristina Corado. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia passa a palavra ao público. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Carlos Martins: "Boa noite, soube que havia um apartamento no parque social vago, fiz um pedido à Câmara, e na resposta que está na carta que me enviaram só diz que o agregado familiar não tem direito a uma habitação. Só diz isso, não há uma justificação."-----

Presidente da Assembleia: "Vamos ficar com uma cópia desse documento, para vermos o que é que se passa para depois podermos responder-lhe."-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra à Primeiro-Secretária para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, que fica ao dispor dos Membros da Assembleia para eventual consulta.-----

Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia dá início ao período destinado aos Membros da Assembleia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----

Carlos Gabriel: "Boa noite a todos, quando da apresentação do programa de assoreamento da praia de Albufeira, havia várias hipóteses para se fazer a sustentação das areias, com dois ou três molhes a meio da praia, questionei na altura, aos técnicos presentes, como é que um molhe submerso paralelo à costa, o qual me foi dito que não tinha viabilidade não é assim que se diz, tem que se fazer o estudo para integrar-se diante da realidade, o mar é muito complicado. Eu perguntei ao técnico, e ele disse que tinha sido feito um estudo para salvaguardar, e que estava salvaguardado qualquer assoreamento ou desassoreamento nas praias limite de Albufeira. Era



importante que o técnico viesse cá falar connosco, porque o que se passa neste momento, na praia da Oura e na praia de Santa Eulália é que foram alteradas as correntes marítimas, que era o que eu tinha medo que acontecesse, mas infelizmente aconteceu. Um pequeno molhe que foi ali construído, e vê-se a gravidade que é mexermos na Natureza, mexermos no mar. Um pequeno molhe alterou de tal maneira as correntes que neste momento está a ser assoreada uma zona da praia dos Aveiros, e numa outra zona entre a praia dos Aveiros e o referido molhe, que foi sempre rochas, e neste momento é uma praia. Depois na zona dos Aveiros para o lado da Oura, uma zona que era um canal, que em dias de temporal, como hoje por exemplo, que está levante, os barcos de Albufeira refugiavam-se na Oura, que era um porto natural, hoje não é, porquê? Porque esse canal está assoreado. Portanto, as areias começaram agora a depositarem-se aí, eu tenho vindo a analisar isto diariamente, discuto com qualquer técnico, também sou técnico. Eu conheço aquela zona há quarenta anos, sempre residi naquela zona, portanto, afirmo que o molhe alterou as correntes marítimas das praias de Albufeira, Oura e Santa Eulália. Portanto, sugiro, ou peço à digníssima Câmara Municipal e Assembleia Municipal, se possível convocar, com carácter de urgência, uma reunião com esses senhores que fizeram o projecto, para o virem aqui defender, e justificar porque é que está a ser destruída a praia da Oura. Até sugeria mais, à digníssima Assembleia, se tivessem oportunidade, que nos deslocássemos à praia da Oura e de Santa Eulália, para logo verificarem o problema. Porque, costuma-se dizer, que turismo não é só sol e praia, mas eu acho que se nós não tivermos a praia não temos turismo. O sol está lá em cima, por enquanto o homem não consegue ainda interferir muito, mas na praia estamos a interferir muito, muito gravosamente. Com o mar não se brinca, muito menos quando se fazem construções dentro de água. Costuma-se dizer que o mar deita tudo cá para fora o que não lhe pertence. Todos estes ditados justificam efectivamente que, é perigoso mexer no mar. E quando se faz uma obra dentro de água, há que analisar profundamente. Neste seguimento, tive conhecimento que os concessionários da praia da Oura reuniram com o senhor da ARH, o senhor Sebastião, comandante do porto e o tenente de Albufeira, e esses concessionários, que eu já lhes disse e eles já mudaram de opinião, estavam com ideias, de construir um outro molhe entre a praia da Oura e a praia de Santa Eulália. Eu quando ouvi aquilo disse-lhes para terem juízo, que assim iam destruir a galinha dos ovos de ouro. Mas, efectivamente, o senhor Sebastião, que eu digo o nome dele, porque ele tem sido um



inimigo da natureza, pelo menos no concelho de Albufeira, e tenho provas disso, ainda na semana passada, na referida praia da Oura, chegou lá com uma máquina giratória de lagartas, e foi partir umas pedras em frente do Clube Praia da Oura, disse que era para tapar uns buracos porque podiam as pessoas ir lá para baixo. Eu tirei fotografias, pôs as pedras, tirou a areia para tapar as pedras e escavou por baixo da areia. Adorava que fossemos lá amanhã para verem o que lá está. O mar já tirou a areia toda que ele lá pôs, já tirou as pedras que ele partiu, que andam todas espalhadas pelo meio da praia, e o que lá está são dois canos do emissário da central elevatória, desactivados, com uns blocos de cimento no meio da praia, nesses não mexeu. Esse senhor da ARH, defensor da natureza, ou que devia ser defensor da natureza, e que nós pagamos o ordenado desse senhor, deveria cuidar da natureza, mas em vez de cuidar da natureza está a destruí-la. Um estrangeiro chega à praia da Oura e vê uns tubos de PVC, agarrados a uns blocos de cimento, apontados para dentro de água, o que é que pensa? Pensa que temos o esgoto para o mar. Se está desactivado é só tirar aquilo dali, ou então tapar melhor, disfarça-se. Nós, concelho de Albufeira, que vivemos do turismo, a Câmara e a Assembleia Municipal são os representantes do concelho, não temos jurisdição nas praias, isso pertence infelizmente aos senhores da marinha, etc. Peço-vos encarecidamente, que pressionem o máximo possível estas pessoas, e chamá-los à responsabilidade por aquilo que andam a fazer. Eu estou disponível, como técnico, como membro da Assembleia, como residente em Albufeira, na aldeia turística das Areias de São João, já foi destruída por outra ondulação, mas isso é outro caso. Mas peço-vos, não deixem destruir a praia da Oura, nem a praia de Santa Eulália. O senhor Presidente da Assembleia sabe que eu liguei assim que ouvi esse senhor Sebastião falar na televisão, que ia fazer umas intervenções na praia, liguei a avisar que ele ia deitar aquilo a baixo. E eu sugeri que fizessem um muro de sustentação da arriba com as pedras da praia, que estão lá a montes. Felizmente fizeram o muro, só que não foi com as pedras da praia, foi com uns pedregulhos da pedreira, e em vez de fazerem um muro de sustentação da arriba, não. Deviam fazer com certa distância da arriba, para criar uma fundação como deve de ser, e não transformar mais aquela zona, numa praia artificial. Nós estamos a transformar a nossa costa, e começou com o Polis em Albufeira, em praias artificiais. E isso existe em todo o mundo, nós temos de defender a natureza, as nossas praias são bonitas, são únicas no mundo, mas se nós as enchermos de betão, deixam de ser e são iguais às outras. Chega-se ali a Espanha, as praias são



todas iguais. Portanto, se possível, eu estou disponível, acho que deveria esta Assembleia ir ao local e verificar a situação. E ao mesmo tempo fazer os possíveis para que estes senhores que fizeram os projectos, que aqui os vieram defender, que venham agora justificar porque é que isto está a acontecer. E por favor, a solução não passa por fazer mais molhes. Na minha modesta opinião, a solução passa por cortar metade daquele molhe, ou pelo menos submergi-lo, para ver se, efectivamente, as correntes começam novamente a passar e voltamos minimamente ao que era natural. Mas isto, como é lógico, obedece a um estudo profundo."-----

Carlos Lima: "Boa noite, começo por dizer que partilho totalmente das preocupações do Carlos Gabriel, e acho que o papel desta Assembleia é, também estar atenta a essas situações, e como ele acabou de dizer, eu também me disponibilizo para o que se achar que é necessário. Depois tenho outras questões a levantar, a primeira é uma questão que eu já coloquei aqui numa outra Assembleia, sobre o parque de estacionamento no cruzamento da BP. Na altura foi dito que a obra estava dentro dos prazos normais, mas parece-me que neste momento já não estão dentro dos prazos normais. Era para saber realmente o que é que se passa com aquela obra, saber se realmente estará pronta para este verão ou não. A segunda questão é uma questão menor mas que não é de menos importância. É o problema das grelhas, na Avenida Vinte e Cinco de Abril, em frente ao antigo cinema, por acaso passei por lá ontem, não tive o azar que teve a minha mulher, junto ao Rocamar, que caiu por causa de uma grelha, e ficou muito mal tratada, e eu ontem vi, em frente ao antigo cinema, estamos a falar de uma grelha que tinha um desnível de mais de um palmo. Eu por acaso parei ali dois minutos, e vi duas ou três pessoas a meterem o pé lá dentro. Ninguém caiu, mas também não tinha tempo para estar lá a noite inteira, mas acho estranho que ainda ninguém tenha visto aquilo. E não percebo como é que é possível, numa rua daquelas, manter aquilo assim. Em relação ao Rocamar, continua da mesma maneira, como estava há cerca de cinco ou seis meses, quando a minha mulher lá caiu. Depois tenho outra questão, que era saber se o Inatel, apesar de eu ser Portista e gostar muito de azul, gostava de saber se o Inatel vai ficar com aquela cor, ou se vai ser pintada de branco, como estava antes desta intervenção. Para terminar, gostava de deixar aqui a minha preocupação com os clubes e associações deste concelho, tendo em conta as dificuldades que a Câmara atravessa, a maior parte delas, se não todas, não têm tido os apoios que necessitam, para principalmente poderem continuar a proporcionar o desporto à formação. Eu, como sempre disse,



gostava que não acontecesse, não estou muito preocupado se acabar o desporto profissional em Albufeira, mas acho que é nosso dever e obrigação pugnar para que a nossa formação continue a ter alguns apoios. Eu não costumo introduzir estas coisas no meu discurso, mas as coisas estão em mudança, estamos em crise, e pelo que me apercebi, daqui a dois dias, uma grande superfície vai inaugurar mais um estabelecimento aqui em Albufeira, ali nos Caliços, o Aldi, eu acho que era altura da Câmara usar os seus bons ofícios junto desse investidor, e tentar, não que ele substituísse à Câmara, ou aos pais, aos sócios, ou a toda a gente que obrigatoriamente tem de estar envolvida nos clubes, mas acho que quem investe neste concelho, também terá de ser daquelas empresas que se dizem empresas solidárias. E acho que a Câmara podia utilizar, como já disse, os seus bons ofícios, para tentar que esse empreendimento que vai abrir, e que de certeza vai ter lucros, que investisse alguma coisa também no desporto e na educação deste concelho, não sei de que forma, mas atribuindo talvez subsídios aos clubes, alguma ajuda, porque acho que essa também é a função das empresas. Portanto, não vou deixar isto como recomendação, vou só deixar como um alerta, e gostava que a Câmara tentasse que essa grande superfície que vai abrir, outras abrirão, outras também terão de ser chamadas a contribuir, na minha óptica, a contribuir para o desporto e para a juventude deste concelho, tenha algum apoio. Como a Câmara neste momento não pode dar, lembrei-me que talvez, quem investe pudesse ser também solidário. Era este pedido que eu deixava em nome dos clubes de Albufeira, que realmente estão, como se costuma dizer, pela hora da morte. E o problema não é os clubes, o problema são os miúdos que estão nos clubes, e isso preocupa-me tremendamente, e acho que como eu comecei por dizer, não queria introduzir este tipo de discurso, este tipo de pedido no meu discurso, mas em nome da juventude do nosso concelho, sou capaz de alterar o meu discurso todos os dias se for necessário. Obrigado."-----

Carlos Gabriel: "Ainda bem que o senhor Carlos focou um problema que também me choca bastante, sou da mesma opinião, aliás como já tinha dito anteriormente, pintaram a Inatel, um prédio que sempre foi branco, que era uma referência dos postais ilustrados de Albufeira, agora pintaram aquilo de azul. Inclusive, quando fizemos a revisão do regulamento, ficou uma recomendação aos técnicos, para que sugerissem, já que não era possível de outra forma, que sugerissem que os edifícios fossem pintados de branco. Efectivamente, os postais ilustrados de Albufeira, que são



uma referência, têm aquele edifício branco, nós inclusive não o deitámos a baixo, eu fui um dos defensores, que o edifício do Inatel não fosse a baixo porque já era uma referência de Albufeira, mas era branco. Azul pois, fiquem lá com o Pinto da Costa."---

Presidente da Câmara: "Boa noite a todos, apenas para reforçar aquilo que foi dito pelo Carlos Gabriel, e pelo Carlos Lima, sobre a questão do desassoreamento da praia da Oura e Santa Eulália, com certeza que estaremos atentos a isso, e temos realmente de trabalhar, não podemos acreditar que apenas foi casualista a questão das correntes deste ano, e que as correntes farão a reposição, não sei se é isso que vai acontecer, até pode ser que aconteça, mas muitas vezes a experiência vale mais do que qualquer conhecimento científico das leis da física. A questão do molhe ser mais comprido do que aquilo que deveria ser, talvez se cortando um bocado do molhe ou submergi-lo, talvez resolvesse um bocado o problema. Relativamente à cor do Inatel, têm-se mantido a parte branca no centro de Albufeira, a cor do Inatel, penso que é uma cor que não choca, é susceptível, é discutível, gostos não se discutem, no entanto, é uma zona que já não tem apenas o branco. O que eu acho bem que se defina, e esta Assembleia Municipal pode fazê-lo é um plano de cores do município de Albufeira, e a partir daí ficam definidas as cores por zonas. Em relação ao parque de estacionamento da BP, neste momento as obras encontram-se suspensas, existe um problema burocrático, o que faz com que neste momento já não esteja com os prazos iniciais. E para este verão ainda não vai ser possível utilizar o parque, no entanto o Vereador Quintino já estudou e já preparou uma solução alternativa que irá estar ao dispor das pessoas para essa altura. Relativamente às grelhas, já está registada essa situação, nesses dois locais. No que diz respeito aos clubes e associações é uma situação algo complexa, assim como há outras situações como a carência alimentar, carências de habitação, é nestas alturas que há mais carências. Este ano Albufeira teve em termos dos resultados desportivos das equipas desportivas de formação, grandes resultados. Isso é bom, para que o mais importante não seja a competição por si só para que haja mais motivação para esse desporto ser praticado. Imaginemos que se não houvesse competição, não haveria nem um décimo dos jovens que temos hoje a praticar desporto. No entanto, nós estamos atentos a isso, e com certeza que iremos tentar que não acabe esse tipo de formação. Evidentemente, que não poderá funcionar da forma como funcionava há cinco ou seis anos, em que os meios eram outros, completamente diferentes. Eu estou de acordo com o Carlos Lima, o desporto para os



jovens faz parte da formação, faz parte da educação informal dos jovens, é extremamente importante não só pela questão da saúde, mas também a disciplina, trabalho em grupo, organização, camaradagem, entre outros valores. Com certeza que não iremos deixar cair assim muito facilmente essas situações sem ter isso em conta, e com algum apoio que nós possamos dar, quer em termos de logística quer em termos financeiros."-----

Carlos Lima: "Só para completar o que disse sobre o parque de estacionamento, concluir e reconhecer que as obras estão atrasadas, eu pergunto como é que fica em relação àquela intervenção que eu também tive na última Assembleia, que era, que aquela empresa pelos vistos está parada, mas está a explorar o parque de estacionamento que era da Câmara. Estamos a falar do parque da Vinte e Cinco de Abril, o parque de estacionamento de superfície à entrada de Albufeira, no cruzamento da BP. Portanto, agora se calhar já se justifica a minha preocupação, e gostava de saber, como é que é possível uma empresa que está parada, continuar a explorar aquilo que é da Câmara. Agora vai-me dizer que depois juridicamente isso vai ser tratado, que essas coisas estão previstas no contrato, eu sei disso tudo, mas não me parece muito normal, a não ser que também tenha parado essa exploração neste momento, mas essa exploração não parou, se a empresa continua a ter os lucros, e está parada, acho que está aqui qualquer coisa que não joga, e acho que se pára a obra também devia parar a exploração daquilo que estava inerente à obra, que quanto a mim só deveria, entrar em vigor quando a obra estivesse concluída, e aí, sim senhor era a exploração, primeiro a concepção e depois era a exploração do parque Vinte e Cinco de Abril, e o de superfície. Portanto, eu gostava de saber se essa empresa continua a explorar esses dois parques, estando nesta situação, que não sei se será de falência, se rescisão de contrato, não faço ideia, só sei que está parada. É então para confirmar se continua a ter dividendos sem fazer obra."-----

Presidente da Câmara: "Há duas situações diferentes, uma é o parque de estacionamento fechado, naturalmente é fazer a exploração dele próprio, face a despesas inerentes à situação e é relativamente ao parque de estacionamento exterior, como a situação daquele parque de estacionamento, a obra estará parada durante pouco tempo, isto é apenas uma situação burocrática que tem a ver com a sociedade Polis, mas que está em vias de ser resolvida, que é para dar algum conforto à empresa, no sentido de avançar realmente com a obra. É a questão das partilhas entre



a sociedade Polis e a Câmara, está em vias de ser resolvido, se não for resolvido entretanto, com certeza que teremos de resolver essa problemática da exploração, essencialmente do parque exterior."-----

Vereador Carlos Quintino: "Boa noite a todos, só para completar a intervenção do senhor Presidente, conforme o Carlos Lima disse, efectivamente há mecanismos nas peças de concursos, para penalizar a empresa por esse atraso, que é lamentável, e que certamente a Câmara a seu tempo exigirá os seus direitos para penalizar a empresa por esse atraso. No entanto, no que diz respeito à exploração do parque P5 e do parque de superfície, como sabe, está também prevista uma renda por aquilo que é a exploração do P5 e do parque à superfície. Ou seja, a empresa que é uma empresa que o próprio caderno de encargos obrigou a que fosse uma empresa sediada em Albufeira, que é o Círculo Digital, tem a obrigação de efectuar o pagamento ao município daquilo que é cinco por cento referente às suas receitas, tanto no parque P5 como no parque de superfície. Era este esclarecimento."-----

Carlos Lima: "Depois desta intervenção do senhor Vereador, que eu tinha ficado mais ou menos esclarecido quando o senhor Presidente da Câmara disse que isto era uma questão burocrática, e que tinha a ver com o Polis, portanto eu calei-me e pensei que a empresa não era responsável por nada. Depois do que disse o senhor Vereador Carlos Quintino, que diz que realmente a empresa vai ser penalizada, e portanto, se vai ser penalizada é porque não é um problema burocrático, e eu pensei que seria um problema que seria exterior à empresa, portanto, aí não percebo porque é que o senhor Vereador diz que a empresa vai ser penalizada, e que vai ser multada. Portanto, é só porque o discurso não me parece ser o mesmo, ou então sou eu que não estou a perceber."-----

Presidente da Câmara: "O Vereador Quintino disse que na sequência da conversa da suspensão da continuidade da exploração do parque exterior, o caderno de encargos, realmente não tem regras de penalização da empresa, caso não cumpra o contrato. Como, por enquanto, a situação se encontra suspensa, apenas temporariamente, porque o problema está em vias de ser resolvido, que tem a ver com a situação das partilhas entre a sociedade Pólis e a Câmara Municipal, é só nesse sentido. Após a resolução dessa questão, se ficar o problema resolvido e sanado, e eles continuarem a fazer outras situações, aí sim, teremos que avançar com as penalizações, conforme qualquer concurso prevê." -----



Carlos Gabriel: "Eu peço desculpa por voltar novamente ao assunto, mas eu tinha sugerido que a Câmara tentasse uma reunião de carácter de urgência com esses técnicos que executaram o molhe, porque eu conheço aquela zona há quarenta anos, e eu garanto a toda a gente, que aquele canal nunca esteve areado, aquela praia dos Aveiros nunca teve tanta areia como tem agora. Em frente às piscinas do Auramar nunca foi praia e agora é praia. Já agora referir que a ponta do molhe, portanto, o bocado que eles fecharam do molhe junto à rocha do Auramar, mais a norte, ficou por acabar, ou seja, quando subimos a rocha, na única zona que tem umas escadas de madeira para subir para a arriba, e se olha para baixo vê-se uma viga de cimento e tijolo. E por isso mais uma vez digo, era muito bom que, a digníssima Assembleia fosse ao local. Vamos lá todos ver, porque está ali muito erro, e nós temos de defender as nossas praias, a nossa costa, isto não pode ser de ânimo leve, aquilo não é uma rua dos bares, aquilo é natureza. Na rua dos bares joga-se uma licença para uma casa de meninas para um bar de alterne, enfim, tudo bem, agora com a natureza não. Depois de estar destruída não volta, cuidado!"-----

Ana Luísa Simões: "Na continuação do discurso do Carlos Gabriel, tendo eu algum conhecimento na matéria, também tenho e reflecto completamente as preocupações que ele tem. Não só a nível daquela zona, mas também na zona da praia de Albufeira, a praia do Peneco, que continua, para o porto de abrigo, neste momento a arear, portanto a parte de dentro do porto, do lado do molhe sul está a ficar cheia de areia, a parte de fora do molhe nascente está a ficar cheia de areia, calhando daqui a algum tempo já ninguém entra nem sai. É a situação que tínhamos falado no princípio, que ia dar problemas, e obviamente que vai dar. Vamos lá ver como é que isso depois se vai reflectir, ainda voltando à história do molhe que ficou lá na ponta, que ficou meio acabado, mas que fez uma grande alteração nas correntes, como é que se vai reflectir depois nas arribas, desde aquela zona da Baleeira até São Rafael, e por aí fora, porque se as correntes mudam de um lado, também vão mudar do outro, e aquela zona é uma zona de arriba. Espero que nos próximos anos comece a cair, porque faz parte da história. Obviamente, que qualquer alteração das correntes, normalmente tende a aumentar o ritmo da erosão, portanto é normal que as coisas comecem a cair, e vai haver arribas mais instáveis, muitas das vezes, como eles fizeram na praia da Oura, calhando o que estava lá perigoso não foi mexido, e aquilo que até tinha situações mais ou menos estáveis foi, depois deixam os destroços na praia, o que faz com que o mar



comece a pegar neles e os espalhe pela praia, e uma pessoa quer andar pela praia e depois corta os pés, magoa-se, estraga o areal, por assim dizer. Acho que também foi a única praia que sofreu intervenções por parte da ARH, e ficou muito mais degradada do que estava antes. Infelizmente, isto já é o habitual, esta forma de intervenção em relação à ARH, é triste mas é verdade. Eu dou sempre o exemplo do que aconteceu em Quarteira, os molhes de Quarteira fizeram-nos na praia da falésia, com quase trinta metros, se tivermos em conta que não há sítio nenhum na praia da falésia em que se possa estender a toalha e se esteja em segurança, isto é um bom exemplo. Portanto, não sei o que é que vai acontecer aqui deste lado, temos a praia dos Três Penecos, a praia de São Rafael, em todas aquelas praias, vamos lá ver o que é que vai acontecer, elas têm muito menos areia. Este ano, pelo que já vi, enquanto que há locais que arearam mais do que é normal, zonas onde desde há muitos anos tinha lá areia, já não tem, vamos ter praias com um areal completamente diferente, o desarearem certas partes vai acelerar a erosão, e depois começam as coisas a cair, começam as casas que estão nas arribas a cair, e depois como é que é? É asneira. A outra situação tem a ver com os nossos amigos de etnia cigana, que continuam a causar uma série de problemas, e não só aqui na zona dos Caligos, como na zona do Clube de Pesca, que é aquela onde eu tenho de apanhar com eles todos os dias. É uma situação cada vez mais complicada, cada vez com situações mais intoleráveis, e com destruição de propriedade das pessoas que vivem naquela zona. Somos afectados mais com o vandalismo, é o destruir, é o partir, é o roubar, não porque eles tenham falta, ou necessitem de alguma coisa, é só porque estão entediados, e agora vêm as férias de verão, e nós temos de apanhar com isso tudo. Já falei este assunto com o senhor Presidente, e gostava de poder respirar fundo, nós e todas as pessoas que vivem na zona, e algumas têm histórias muito complicadas, e já são muitos anos de sofrimento, é uma situação muito complicada, e é muito difícil, para uma pessoa, para uma família, não saber se está descansada em casa, não saber o que é que vai acontecer, não saber se alguma coisa vai pegar fogo a seguir. Infelizmente tem sido o mais comum ultimamente, portanto peço a vossa atenção. Obrigada."-----

Carlos Lima: "Eu não sei se o senhor Presidente me respondeu, e se respondeu eu não me apercebi, da situação que eu coloquei sobre os bons ofícios que a Câmara poderia ter junto do Aldi, da grande superfície, para que essa empresa desse algum apoio aos clubes."-----



Presidente da Câmara: "Disse que ficava registada a sugestão."-----

Sara Serra: "Gostaria de colocar uma questão que já coloquei o ano passado, que se as crianças com deficiência e multideficiência foram incluídas para os campos de férias do Verão. Obrigada."-----

Presidente da Câmara: "Não tenho conhecimento que alguma criança tenha sido excluída. Evidentemente que existem situações diferenciadas, e com certeza que alguns casos não teremos para todos, até porque no ensino normal e regular são situações diferentes, frequentam salas completamente diferentes, são acompanhados por professores com formação completamente diferente. Infelizmente, não temos recursos humanos necessários, suficientes, para o acompanhamento dessas crianças nos campos de férias. No entanto não sei se algum foi excluído, não me chegou nada, portanto penso que não."-----

Sara Serra: "Eu tenho conhecimento que foram alguns, não é tanto pela deficiência física, mas até pela deficiência cognitiva. É uma pena uma vez que o nosso ensino é um ensino para todos, a criança está inserida no ensino regular durante o ano lectivo, e chega à altura das férias, sabendo que vivemos numa cidade onde se trabalha mais no verão, e os pais vêm-se a braços com essas crianças que estão inseridas no ensino regular, e depois chega o verão, muitas delas se calhar até podiam frequentar, porque não precisam de monitores, porque nem têm tanta deficiência física, mas depois ainda há uma falha, porque as pessoas se vêm a braços porque nem as instituições locais querem receber essas crianças."-----

Francisco Guerreiro: Eu acho isto um pouco caricato, as crianças para virem para Albufeira, para os campos de férias, a Câmara não dispõe de transporte. Eu acho que isto é grave. Como é que os pais conseguem vir trazer os filhos a Albufeira, se os pais têm de trabalhar. Então foram lá pedir transporte, para já, não me consigo substituir pela Câmara, daqui a uns anos poderá ser, mas neste momento não é possível. Os pais não têm capacidade para vir trazer os miúdos, e eu pergunto se a Câmara não consegue arranjar transporte para ir buscar os miúdos como tem feito nos outros anos, acho que também não deve ser um valor por aí além, que não dê para resolver este tipo de problema. Custa-me um bocado ouvir isto dos pais que todos os dias lá vão ter comigo, eu não consigo fazer esse trabalho porque não tenho meios para isso. Gostaria que a Câmara tivesse isso em conta, e tentasse resolver esta situação do transporte das crianças." -----



Presidente da Câmara: "Sobre esta questão dos transportes, está a ser analisado, queremos ver se quando começarem os campos de férias conseguimos ter esses transportes. Mas não conseguimos dar respostas a este tipo de situações a cem por cento. O campo de férias é uma situação que há quatro ou cinco anos não existia, a Câmara nunca organizou campos de férias, e de há três anos para cá imaginei que era possível avançarmos com os campos de férias, foi possível com as condições que temos, até porque se os agrupamentos não nos disponibilizassem o pessoal auxiliar, tudo bem que são pagos pela Câmara, mas estão sob a gestão das direcções dos agrupamentos escolares, se não nos cedessem essas pessoas, nós não teríamos conseguido. E aí ficavam ainda mais pessoas prejudicadas do que as que já estão. Com certeza que não vamos conseguir agradar a todos, o agradar a todos era como se fazia antigamente, havia muito dinheiro e então era tudo grátis, íamos buscar os meninos todos a casa, isso era óptimo. Mas neste momento não temos possibilidades para isso, por isso temos de tentar, com o que temos, ajudar naquilo que conseguirmos, nas mais diversas formas."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia dá início ao período da ordem do dia. -----

PONTO PRIMEIRO

Aprovação das actas das sessões de 04-12-2012, 11-12-2012, 19-12-2012 e 25-02-2013; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Alguns Membros apresentam pequenas correcções, que serão efectuadas posteriormente. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca a votação as actas com as correcções já introduzidas. -----

VOTAÇÃO: acta da sessão de 04-12-2012-----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: três (03) Anabela Nobre, Carlos Santos e Maria Conceição Dias. -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Alberto Saraiva, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Carlos Lima, Pedro Farinha, Manuel Gonçalves, Sara Serra, Rosário Charrua, Ana Luísa Simões, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras,



Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água.-----

Ausências: zero (00) -----

A acta é aprovada por maioria -----

VOTAÇÃO: acta da sessão de 11-12-2012-----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05) Alberto Saraiva, Ana Cristina Oliveira, Anabela Nobre, Manuel Gonçalves e Maria Conceição Dias. -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Carlos Lima, Pedro Farinha, Sara Serra, Rosário Charrua, Carlos Santos, Ana Luísa Simões, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água.-

Ausências: zero (00) -----

A acta é aprovada por maioria -----

VOTAÇÃO: acta da sessão de 19-12-2012-----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05) Eugénia Baptista, Pedro Farinha, Manuel Gonçalves, Rosário Charrua e Maria Conceição Dias. -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Alberto Saraiva, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Carlos Lima, Sara Serra, Carlos Santos, Ana Luísa Simões, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água.-----

Ausências: zero (00) -----

A acta é aprovada por maioria -----

VOTAÇÃO: acta da sessão de 25-02-2013-----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: três (03) Anabela Nobre, Manuel Gonçalves, e Maria Conceição Dias. -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Alberto Saraiva, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina



Oliveira, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Carlos Lima, Pedro Farinha, Sara Serra, Rosário Charrua, Carlos Santos, Ana Luísa Simões, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água.-----

Ausências: zero (00) -----

A acta é aprovada por maioria -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Vitor Clemente: "Na informação do senhor Presidente na página quinze, onde sita *na sequência da apresentação do processo de adesão ao Programa de Apoio à Economia local, designado PAEL, encontra-se, o município a aguardar e para formalização e respectiva assinatura do contrato*, pergunto, decorridos já largos e muitos meses, com a necessidade que o município tem, em que já aplicou, de acordo com a Lei, emanada para que todos os municípios que viessem a aderir a este programa, viessem penalizar, penalizar entre comas, os seus munícipes, no que diz respeito aos valores de IMI e outro tipo de taxas para valores máximos. Neste momento todos os munícipes em Albufeira já estão a liquidar, e creio que, da parte da responsabilidade desta Lei do PAEL, ainda não tivesse chegado um tostão. Se o Presidente nos poder informar se de facto, já assinou o contrato, se já veio alguma transferência. A Troika já vai na oitava, e nós? No dia dezanove de Junho o senhor Presidente sita que ainda não tinha recebido nada. Passando a outro assunto, falamos há pouco no P6, na informação do senhor Presidente, não consta a situação do parque. Mas, em dada altura também, diz o senhor Presidente que podem ser levantadas situações sobre a vida do município. Falou o senhor Presidente, no que diz respeito em termos de resposta face a este P6, e a situação da obra estar parada, sobre a informação dada pela empresa, e creio que também pela parte da Assembleia, o Vereador Quintino na altura disse que estaria em pleno funcionamento em Junho de dois mil e treze, infelizmente não irá estar. Mas falou o senhor Presidente de uma situação de divergências entre o município e a Pólis, e é conveniente que esta Assembleia saiba quais são as divergências, porque se estão todas estabelecidas em termos de contrato, e acordadas entre as partes e assinadas, contrato esse que mais tarde viria a Assembleia Municipal em alguns assuntos, que foi



o estacionamento, em que a Assembleia, maioritariamente, viria a aprovar valores mais elevados para dar cobertura sobre a tal empresa, e agora estamos num dilema. Está parado por quanto tempo? E no decorrer de todo este tempo que a obra está parada, que pode surgir penalização conforme o contrato, mas a defesa da parte da empresa também pode surgir, em que a Câmara venha a perdoar, entre comas, sobre esse tipo de indemnizações, mas as pessoas estão a pagar estacionamento sobre vinte e quatro horas, na Avenida da Liberdade, e em todos os outros locais, por isso há um benefício no que diz respeito à empresa, e depois há um prejuízo para os munícipes e para quem nos visita, é pelo menos um parque que não iremos contar no decorrer do verão de dois mil e treze."-----

Presidente da Câmara: "Sobre a última questão, do parque de estacionamento, eu não disse que havia divergências entre a sociedade Pólis e a Câmara Municipal, existe é uma situação que só agora se pode reiniciar um processo de partilhas, que está muito próximo do fim, porque esteve dependente de um despacho do Secretário de Estado do Orçamento, salvo erro, no sentido daqueles dois milhões e tal de euros que a Câmara deve ao Tesouro, já há alguns anos, isso foi recepcionado há um mês e meio atrás, e neste momento estamos em condições de dar a machadada final na sociedade Pólis, e ficar tudo esclarecido, tudo resolvido. Vamos fazer uma Assembleia Geral da Pólis, já solicitei ao senhor Presidente da CCDR que indicasse o nome da pessoa que iria fazer parte da sociedade Pólis, que são só duas entidades, é a CCDR e a Câmara Municipal de Albufeira, portanto é uma Assembleia Geral muito simples de se resolver, e muito fácil de chegar a um consenso. Obviamente, que a empresa não tem a intenção de abandonar o barco, claro que depois teria as suas consequências, está sim com a disposição de continuar quando esse pequeno problema ficar resolvido. Relativamente ao PAEL, quero também informar a digníssima Assembleia que o contrato vai ser assinado amanhã. E porque é que houve este tempo todo de espera e de retrocesso? Albufeira tem o empréstimo do PAEL e tem o empréstimo do reequilíbrio financeiro, do PAEL diz o despacho que foi publicado em Março, despacho conjunto de três Secretarias de Estado, dizia que o município de Albufeira estava autorizado a contrair um empréstimo de cerca vinte milhões ao PAEL, e depois no ponto dois dizia que estava autorizado a contrair um empréstimo de dez milhões de euros à banca comercial, que é o reequilíbrio. No PAEL embora esteja lá escrito vinte milhões de euros, neste momento a Câmara já só deve dezasseis milhões e tal, já recuperamos quatro milhões e



tal de pagamentos em atraso, só no PAEL. Na questão do reequilíbrio, diz que a Câmara fica autorizada a contrair empréstimo de dez milhões de euros, mas neste momento a Câmara Municipal de Albufeira já só deve cerca de sete milhões de euros, e por causa desta redução da dívida, isto depois teve de percorrer mais três Direcções Gerais e três Secretarias de Estado. Finalmente na sexta-feira foi dado o despacho, e amanhã o processo vai entrar no Tribunal de Contas.”-----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e eventual tomada de posição sobre o Relatório de Avaliação da CPCJ do ano 2012, nos termos da alínea i) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro;-----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO:-----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Alberto Saraiva, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Anabela Nobre, Manuel Gonçalves, Sara Serra, Rosário Charrua, Maria Conceição Dias, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de freguesia de Olhos de Água-----

Ausências: cinco (05) Luís Fernandes, Carlos Lima, Pedro Farinha, Carlos Santos e Ana Luísa Simões. -----

PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da abertura do concurso para Concessão da Construção e Exploração de dois quiosques, nos termos da alínea a) do n.º 6 do art.º 64º, e alínea q) do n.º 2 do art.º 53, ambos da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----



Presidente da Assembleia: "Em relação a este ponto, tenho aqui uma informação, que um elemento do júri já está reformado, o Engenheiro Gracias Fernandes, mas como tem suplentes, é só para ter em conta esta nota."-----

Vitor Clemente: "São precisas algumas notas explicativas pelo seguinte: é certo que o documento é um documento vasto, mas fala aqui numa situação, e hoje devemos ter algum motivo de cuidado. Estamos a falar em duas áreas concretas, a esplanada Frutuoso da Silva, e aquela zona baixa que foi criada recentemente, no parque da ribeira. É certo que a Câmara, e concretamente o Vereador ou Vereadora na área social conhece um bocadinho a realidade de Albufeira no que diz respeito à parte social. Estes são elementos que de facto podem vir a ajudar na parte social, mas não desta maneira como estão aqui concebidos inicialmente, sobre este tipo de programa. Este tipo de programa cita logo a situação que tem concepção, construção e exploração. A exploração é ao nível dos dois, não podem ser divididos, mas também sobre o valor de proposta, baseada no mesmo valor, um trezentos e cinquenta e o outro trezentos e cinquenta. Não se esqueçam de que o valor do quiosque na Frutuoso da Silva tem uma aderência, uma clientela totalmente diferente do outro quiosque. Mas dizia há pouco, que esta é uma situação que diz respeito ao campo social que a Câmara está atenta e cada vez mais, infelizmente, terá de estar ainda mais atenta pelos munícipes, naturais desta terra, e outros que optaram e fizeram a opção de viver nesta terra que os acolheu. Mas, hoje, meus caros, sentimos em termos da parte da informação e com algum reconhecimento, a fome, o desemprego é enorme, as empresas não estão a socorrer porque as empresas também estão a afundar. Dizia também, este é um processo como a venda ambulante, porque é altura agora também de correcções para dar possibilidades a pessoas que queiram fazer um bocadinho de negócio para que venham a ter um sustento, para eles e para os filhos. Hoje é uma realidade deste concelho, não é diferente do resto do país, a grande maioria dos reformados é que estão a sustentar os filhos. As coisas estão a ficar graves, e preocupantes, mas isto para inserir dentro deste tipo de programa. Aquilo que está concebido aqui, de certa maneira, é para quem tenha um crédito no banco ou para quem seja rico. Fazer uma concessão de cerca de quarenta e tal metros quadrados, fazer um parque infantil, o negócio é bom na Frutuoso da Silva, o negócio não é bom no outro lado. A Câmara devia estudar, devia dedicar-se um bocadinho, com mais atenção, e dar possibilidades às pessoas mais carenciadas para as ajudar, é esta a minha preocupação sobre a situação



deste concurso. Não estou a dizer que não deva ser aprovado, é uma boa apresentação, mas a Câmara deveria, neste preciso momento, ter um cuidado mais no aspecto social do que propriamente dito aquilo que aqui está. Tenho dito."-----

Carlos Lima: "Eu li isto um bocado à pressa, mas uma coisa que me chamou à atenção foi a necessidade que a Câmara teve, de dizer que deste concurso não resulta qualquer encargo para o orçamento municipal, mas antes redução de despesa municipal. Redução de uma coisa que não se faz, é difícil reduzir mais, e eventualmente entrada de receitas. Aqui, eu acho é que estão mesmo previstas receitas, não é eventual entrada, é pouco, fala-se em trezentos e cinquenta euros, mínimo. Para reforçar um pouco o que o Vitor disse, estamos mal, estamos em crise, mas isso não é tudo, costuma-se dizer que há vida para além da crise, tem de haver vida para além destas coisas, com mais ou menos dificuldades, com mais ou menos engenho tem de haver, sob pena de isto ainda ser pior do que aquilo que nos querem fazer crer. O que me parece aqui excessivo é a Câmara qualquer coisa que faz agora, é, eu vou fazer mas não se preocupem que eu não vou gastar nada. Já no outro dia esta Assembleia aceitou aderir à venda dos arquivos nacionais, porque não ia pagar nada, qualquer dia vamos fazer tudo aquilo que não pagamos nada. Estamos prontos para tudo, não interessa se presta ou não, não pagamos então vamos lá. Quando o que é necessário é saber se vamos gastar algum, se vamos investir, é rentável, vale a pena, é uma opção que nós queremos tomar, eu percebo porque é que isto é dito aqui, isto é um ofício oficial para uma entidade, até está em itálico e tudo, eu percebo que isto tenha de estar aqui, agora preocupa-me que isto seja obrigatório estar sempre, esta menção de, não se preocupem que nós não vamos gastar dinheiro. Se fossemos todos para casa, é que não gastávamos nada, fechávamos isto e íamos todos para casa. Mas não, não é assim, nós temos de ter engenhos, e se calhar temos que enveredar com coisas como o Vitor disse, se não há dinheiro, como é que vai aparecer dinheiro para isto? Não deve ser fácil, terá que haver outras soluções, porque é necessário vetar, ir vetando à crise mas é necessário continuar a construir equipamentos para as crianças, todo o tipo equipamentos, portanto era isto que eu queria realçar. E gostava de saber porque é que são quinze anos. E depois remeto para o artigo quatrocentos e dez do código dos concursos públicos que diz que os prazos normalmente dos contratos para concessão são aqueles que são necessários, para em condições normais de funcionamento, quem investe ali, conseguir retirar o investimento. Eu dei uma volta ao caderno de encargos, e a mais alguns documentos e



não vi esse cálculo em lado nenhum. E de certeza que não está, porque um dos critérios de adjudicação começa por quinze anos, mas se alguém disser, eu faço isso tudo mas só quero isto para mim durante um ano, esse ganha, ou pelo menos é valorizado, o que quer dizer que remete para um artigo que obriga a uma coisa, mas depois não está lá, que é o artigo quatrocentos e dez que define como é que se encontra o prazo para a vigência de uma exploração, e parece-me que isso não está lá. Porque se estivesse eram quinze anos e não era valorizado ser dez, porque não podia ser. Portanto eram só estas duas dúvidas, uma preocupação e outra dúvida que eu tenho."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão que fala, de eventualmente sem custos, isso foi um pedido de esclarecimentos que foi feito à comissão técnica do PAEL, não fosse o diabo tecê-las. Havia dúvidas sobre se era possível nesta fase, nós estarmos a entrar com um concurso deste tipo, e então obtivemos a resposta de que não haveria problema nenhum. Aliás foi isto e foi a questão do forno crematório. Relativamente aos quinze anos, certamente que não foi encontrado por acaso, não foi algum iluminado que se lembrou de dar quinze anos em vez de dar doze ou dar dez anos, foi o número que foi encontrado, com certeza que o investimento à partida tem de ser rentabilizado, teoricamente, em termos de amortização, e de ultrapassar o investimento que foi feito, senão também ninguém vai fazer nada se pensar assim, por isso fizemos estudos económico-financeiros. Quanto ao concurso, a receita está estipulada no caderno de encargos, e depois há aí uma contenção de despesas, no caso da esplanada Frutuoso da Silva, obriga-se ao abrigo do caderno de encargos, a fazer a manutenção daquele jardim."-----

Carlos Lima: "Tenho uma preocupação de saber, porque não consegui ler, é se aquilo é um espaço que vai estar sempre aberto, o parque com os baloiços e com os escorregas, lá fala-se, a título de exemplo, o tipo de materiais como o parque da Alfarrobeira, e é para saber se o sistema é o mesmo. Se aquilo vai estar sempre aberto ou se depende do concessionário abrir e fechar, reservar o direito de utilização, quem é que vai para lá, quem é que não vai, portanto eu não sei como é que estas coisas funcionam, neste tipo de contratos, mas é só para saber se está salvaguardado o usufruto da população, livremente daquele espaço, ou se poderá haver alguma imposição por parte do concessionário durante o funcionamento e até na utilização desse equipamento que está agarrado ao quiosque e à exploração do bar ou snack-bar. Eu não consegui ler, espero que isso esteja salvaguardado."-----



Presidente da Câmara: "Face à questão do parque infantil, eu agora não tenho presente essa questão, mas penso que o Vereador Sequeira pode responder-lhe."

Vereador Sequeira: "Sim, está salvaguardado, estão estipulados horários diferentes em épocas diferentes."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Luís Fernandes, Carlos Lima e Sara Serra. -----

Votos a favor: dezassete (17) Carlos Silva e Sousa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Anabela Nobre, Manuel Gonçalves, Rosário Charrua, Carlos Santos, Maria Conceição Dias, Ana Luísa Simões, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água. -----

Ausências: três (03) Alberto Saraiva, Pedro Farinha, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras-----

A proposta é aprovada por maioria dos presentes.-----

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento da Actividade de Comércio por Grosso no Município de Albufeira, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do art.º 53, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;-----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Luís Fernandes, Carlos Lima e Sara Serra. -----

Votos a favor: dezassete (17) Carlos Silva e Sousa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Anabela Nobre, Manuel Gonçalves, Rosário Charrua, Carlos Santos, Maria Conceição Dias, Ana Luísa Simões, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de



Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água. -----

Ausências: três (03) Alberto Saraiva, Pedro Farinha, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras-----

A proposta é aprovada por maioria dos presentes.-----

PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento da Biblioteca Lídia Jorge, conforme determina a alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Carlos Lima -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Vitor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Luís Fernandes, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Anabela Nobre, Manuel Gonçalves, Sara Serra, Rosário Charrua, Carlos Santos, Maria Conceição Dias, Ana Luísa Simões, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água. -----

Ausências: três (03) Alberto Saraiva, Pedro Farinha, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras-----

A proposta é aprovada por maioria dos presentes.-----

PONTO SÉTIMO

Tomada de conhecimento, sob proposta da Câmara Municipal, do Relatório da Inspeção Ordinária, pela Inspeção-Geral de Finanças, ao Município de Albufeira, de acordo com o disposto na alínea q) do n.º 2 do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira: "Lendo com atenção, o relatório final, relativamente à Inspeção Geral de Finanças, ressalta aqui um problema, que penso que nós já há alguns anos discutimos aqui, e de facto, nos momentos que correm, dada a situação actual do país,



e da Câmara Municipal, portanto os problemas económicos e financeiros, saltam-me aqui os pontos um ponto dezasseis, um ponto dezassete e um ponto dezoito, que eu vou passar a ler em termos de resumo. Há uma *inexistência de regulamentação para atribuição de apoio às associações*, ao contrário do que foram aprovados regulamentos, de contratos de arrendamento e bolsas de estudo, há *uma falta de indicação de base legal e de justificação do interesse da autarquia nos processos*, e há uma *inexistência de controlo de aplicação das verbas no âmbito das transferências correntes*. Isto só para completar um pouco também a preocupação de que o Carlos Lima falou há pouco, relativamente às questões da formação, quanto a determinado tipo de associações, ou seja, os critérios parecem não estar definidos, não há confirmação nem justificação dos valores despendidos, nem apresentação de contas, e portanto há aqui uma certa confusão, que neste momento, quando os recursos são parcos, seria fundamental termos meios de fiscalização e de confirmação dos valores despendidos, e aí, uma vez que se calhar não há para todos, dar prioridade àqueles que são mais importantes e que são mais relevantes, no âmbito da formação, quer desportiva, quer recreativa quer cultural. E portanto acho que seria correcto. Também verifico aqui, no Relatório da Inspeção que foram feitas algumas recomendações que foram atendidas por parte da Câmara Municipal, mas eu focava estas, porque entendo serem bastante importantes, de forma a reduzir, não digo os custos, mas pelo menos a racionalizá-los de forma a que haja prioridades, e que as mesmas sejam atribuídas em conformidade."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente aos critérios de distribuição de verbas, ou os subsídios aos clubes e às associações, há realmente um projecto de regulamento que está já elaborado, já foi publicado para discussão pública, e neste momento encontra-se suspenso, mas de qualquer forma é para avançar. Evidentemente que, estamos numa fase em que os subsídios não existem, de maneira que o regulamento até fica prejudicado, porque depois temos um regulamento mas não temos subsídios para dar, mas de qualquer forma o regulamento é para avançar, e para ser completado no mais curto espaço de tempo. Relativamente aos outros aspectos, algumas das recomendações já foram contempladas, já foram resolvidas, fica então essa recomendação."-----

Francisco Guerreiro: "Sobre este relatório da inspeção quero dizer o seguinte, procurei ler aquilo que dizia respeito às Freguesias, li com atenção, e fiquei satisfeito porque nada de relevante, me parece, no que diz respeito às Freguesias que alguma



coisa de mal tivesse sido feita. Há algumas pequenas recomendações que a senhora inspectora fez, que foram resolvidas de imediato, na altura, portanto era só para dizer que estou satisfeito."-----

Carlos Lima: "É só para dizer uma coisa muito curta, é que a intervenção sobre este ponto era precisamente sobre a matéria que o meu colega de bancada Francisco Oliveira fez, muito melhor do que eu certamente faria, portanto só quero reforçar que me preocupa, e pelos vistos também preocupou a fiscalização, a falta de critérios e a falta de se ver como é que realmente ao longo destes anos todos os clubes foram gastando o dinheiro, claro que nunca é demais, mas quando há pouco, tem de ser bem utilizado. Mas como comecei por dizer, o Francisco Oliveira explicou muito melhor do que eu aquilo que eu queria dizer, portanto subescrevo inteiramente as palavras dele."-

Presidente da Câmara: "Existem as contas dos clubes que são entregues, não estou a dizer que seja o controlo mais eficaz que exista, provavelmente não é, mas é um controle. Tem o valor que tem, tem a importância que lhe dão, é obrigatório em termos de funcionamento de um clube, de uma associação, enfim, é o controlo que nós podemos fazer. O Vereador poderá dizer mais umas notas."-----

Vereador Paulo Dias: "Boa noite a todos, só para completar, se nós olharmos para o contrato, os critérios estão lá espelhados. Considerando que um clube tem x números de atletas, tem um y número de modalidades, tem um z número de contas, e em função desses critérios é dado um determinado valor, os clubes têm de fazer relatórios semestrais, o que eu posso dizer é, posso trazer aqui uma minuta de um contrato, e nessas minutas os critérios estão lá espelhados."-----

Presidente da Câmara: "Critérios existem, não existe é regulamento."-----

Francisco Oliveira: "As palavras não são minhas, são da Inspeção Geral de Finanças."--

Carlos Lima: "Era só para dizer que acredito que esses critérios existam, até porque fui eu que os introduzi aqui na Câmara quando fui Vereador, só que esses critérios querem dizer zero, porque isso foi o princípio que eu comecei a fazer, mas fazer só isso é muito pouco, porque dizer que em função dos atletas, em função das modalidades, em função de uma série de coisas, e depois não haver controlo dessas verbas, é a mesma coisa que dizer que eu entrego vinte mil contos a um clube e eles gastam tudo em ordenados para os seniores, e depois não há controlo nenhum. Portanto, vamos ser verdadeiros, vamos dizer que temos dificuldades em depois ir conferir as contas dos clubes, porque o movimento associativo é autónomo, há até



algum cuidado, agora há que sensibilizar os directores dos clubes, para que o dinheiro que é entregue pela Câmara, tem de ser para a formação, sob pena de a Câmara querer fiscalizar as contas do clube. Nós não temos dúvidas, nós todos temos certeza que os clubes onde existem modalidades de seniores, o dinheiro é todo gasto com os seniores, cerca de noventa e cinco por cento. O senhor Vereador está a encolher os ombros, eu também encolhi os ombros durante três anos e meio, porque é difícil dar a volta a isto, agora é a realidade. Se calhar era possível fazer, só que para isso é preciso que todos remem para o mesmo lado, dirigentes da autarquia, dirigentes dos clubes, e que todos sejam honestos e solidários quando é altura da atribuição dos subsídios, porque todos sabemos que se eu tiver um clube, eu prefiro mais dinheiro para mim, para o meu clube do que para o outro, porque nós funcionamos individualmente, porque cada clube tem uma capelinha no concelho, quando o desporto devia ser uma igreja no concelho, e o bispo devia ser o Vereador do desporto, que impunha regras, e era autorizado a fiscalizar, pelos directores, agora é complicado quando se diz que eles apresentam as contas, eles apresentam, e ninguém põe em dúvida que o dinheiro é gasto no clube, é sim senhor, mas é gasto onde? Na grande maioria não é na formação, a não ser que isto tenha mudado muito ultimamente, mas não me parece. O dinheiro cada vez é menos, e eu continuo a ver clubes, neste momento de crise a terem jogadores remunerados, vão dizer-me que são subsídios, mas não me digam isso, porque eu ando há trinta anos metido no desporto, sei o que é que são os subsídios dos seniores. Chama-se ao subsídio o ordenadezito, que é muito pouco, estamos a falar em quatrocentos/quinhentos euros, digo eu, estamos a falar em todo o dinheiro que a Câmara entrega aos clubes. Portanto a realidade é esta, agora deixou de ser porque não há dinheiro, mas inventam-se outras maneiras de criar dinheiro para essas situações, e para essas situações há sempre dinheiro, porque eu ainda não vi, e vou chamar pelos nomes, ainda não vi o Ferreiras, o Guia, o Imortal, esses clubes a acabarem com os seniores, ainda não vi. A realidade é esta, eu percebo que os clubes queiram ter essa posição, mas também percebo que não há dinheiro para isso, e o pouco dinheiro que há, se é desviado dentro dos clubes, para coisas que não a formação, nós estamos a ser coniventes com a falta de apoio à formação, e todos temos a boca cheia de apoios à formação. E depois porque não podemos imiscuir das contas do clube, dizemos que é difícil fiscalizar, e eu sei que é difícil. Por isso é que eu digo que todos os directores têm de estar conscientes disto, temos de estar todos a remar para o



mesmo lado, e temos é de ser responsáveis pela formação, e deixar de nos sentarmos com as braçadeiras, ali naqueles bancos e ficarmos contentes porque fomos campeões não sei do quê, à custa de dez ou doze atletas, que nem sequer são de cá, atletas que vêm de outros lados, não quer dizer que não têm direito a praticar desporto. Isso acontece há trinta anos neste concelho, aconteceu na minha altura, aconteceu antes, e aconteceu depois. A realidade é esta, portanto não vamos estar aqui a enganarmo-nos todos, e agora não havendo dinheiro, havendo pouco temos de ter a coragem de dizer que é para a formação, e é só isso que eu alerto, e quando dizem que há critérios, depois há esses critérios que se atribui dinheiro aos clubes, e entregam as contas, pois entregam sim senhor, agora, é a verdade aquilo que nós queremos. Obrigado."-----

Alberto Saraiva: "É só para responder, há pouco o senhor Vereador respondeu por mim, e agora eu vou responder por ele, o Clube Padernense já há uns quantos anos que não tem séniores, a Guia foi pelo mesmo caminho no ano passado, também não tem séniores, não consigo entender como há clubes no concelho que lutam para subir de divisão quando os outros clubes não conseguem, não conseguem ter séniores com os jogadores que têm disponíveis."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

PONTO OITÁVO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento dos Horários de Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais do Município de Albufeira, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Adriano Ferrão: "Boa noite senhor Presidente, boa noite membros da Assembleia, a bancada do PSD quer fazer uma proposta de alteração ao texto apresentado neste ponto da ordem de trabalhos, e serão as seguintes alterações que estão propostas." (Doc.1) -----



Reunião da Assembleia Municipal

Ponto 6 da Ordem de Trabalhos

24-06-2013

Propostas de alteração, pela bancada do PSD:

1 - Definição de "caráter permanente" (artigo 11º) - Deverá entender-se como a instalação/colocação diária de qualquer aparelho suscetível de produzir som, exceto televisores. Deverá a presente definição constar no artigo 4º, na alínea I) imediatamente a seguir à definição de "Aparelho de som";

2 - No artigo 11º deverá ser acrescentado o nº 3, o qual deverá ter a seguinte redação: "Exceto televisores, desde que os mesmos não sejam suscetíveis de produzir campo sonoro superior aos limites previstos no RGR;

3 - No artigo 12º deverá acrescentar-se na parte final do mesmo: "(...) *permanecer encerradas a partir das 22,00 horas*."

4 - No nº 4 do artigo 16º, parte final, por lapso consta "(...) no 1(...)", onde *deveria constar no artigo 17º*.

5 - No nº 4 do artigo 20º, parte final, por lapso consta "(...) no 1(...)", onde *deveria constar no artigo 19º*.

6 - Os estabelecimentos designados por cervejarias e que se encontram previstos no Grupo I deverão constar no Grupo II.

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação em alternativa: -----



VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL: -----

Votos Contra: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Alberto Saraiva, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Anabela Nobre, Pedro Farinha, Manuel Gonçalves, Sara Serra, Rosário Charrua, Carlos Santos, Maria Conceição Dias, Ana Luísa Simões, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água.-

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: zero (00) -----

Ausências: duas (02) Vitor Clemente, Carlos Lima. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, COM A ALTERAÇÃO PROPOSTA PELA BANCADA DO PSD: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: dezanove (19) Carlos Silva e Sousa, Alberto Saraiva, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Anabela Nobre, Pedro Farinha, Manuel Gonçalves, Carlos Santos, Maria Conceição Dias, Ana Luísa Simões, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água.-----

Não Votos: quatro (04) Francisco Oliveira, Luis Fernandes, Sara Serra, Rosário Charrua. -----

Ausências: duas (02) Vitor Clemente, Carlos Lima. -----

É aprovada por maioria dos presentes, a proposta da Câmara Municipal com a alteração proposta pela bancada do PSD.-----

PONTO NONO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de Zonamento Acústico, Plano Municipal de redução de Ruído e cartas de Ruído de Albufeira, de acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 8.º, do Regulamento Geral do Ruído;-----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Paulo Freitas: "Boa noite, a bancada do Partido Social Democrata após análise desta proposta, acha por conveniente, dada a sua especificidade técnica e a necessidade de recolher mais alguma informação, a constituição de uma comissão desta Assembleia



Municipal, com vista à tomada de posição dos grupos que a constituem e que a decisão que venha a ser proposta neste regulamento seja o mais consensual possível, por forma a que não haja propostas de alteração. Constituída a Comissão seria interessante eventualmente podermos ouvir os técnicos da Câmara para que nos forneçam mais conhecimentos técnicos para sobre esta matéria. Assim sendo, o PSD propõe a criação de uma comissão, que seria constituída com três membros do PSD, dois membros do PS, e um membro do BE."-----

Neste momento, compareceu o membro Vitor Vieira, pelo que passou a haver quórum de vinte e seis presenças.-----

Luis Fernandes: "Depois da intervenção do colega de Assembleia, a minha intervenção deixou de fazer qualquer sentido, porque iria ser no mesmo sentido, portanto estou completamente de acordo."-----

Francisco Oliveira: "Independentemente daquilo que se venha a resolver na comissão, eu realmente vinha com a intenção de fazer aqui uma alusão ao facto de já ter terminado a discussão pública do plano de urbanização da cidade de Albufeira, e naturalmente que este plano de ruído terá que ter uma intervenção também consoante aquele plano de urbanização. O plano de urbanização em si irá permitir a construção de determinado tipo, em determinada zona, e portanto, eu confesso o meu desconhecimento sobre a integração deste plano de ruído no referido plano de urbanização, e portanto, acho que têm de ser compatíveis, e como tal, exige uma análise muito mais profunda, para se perceber onde é que permite construção com níveis de ruído mais elevado, onde é que permite menos elevado, zonas residenciais. Tudo isso tem a ver, não só com o ruído em si, mas com toda a estratégia e a definição que se pretende para Albufeira."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia propõe que se delibere a retirada deste ponto no sentido de se constituir uma comissão de análise sobre esta matéria. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Alberto Saraiva, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Luís Fernandes, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Anabela Nobre, Pedro Farinha, Manuel Gonçalves, Sara Serra, Rosário Charrua, Carlos Santos, Maria Conceição Dias, Ana Luísa Simões, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira,



Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água.-----

Ausências: duas (02) Vitor Clemente, Carlos Lima. -----

A proposta é aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO DÉCIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2013-2016, conforme determina a alínea b) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: quatro (04) Francisco Oliveira, Luís Fernandes, Carlos Lima e Sara Serra. -----

Abstencções: uma (01) Rosário Charrua -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Alberto Saraiva, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Anabela Nobre, Pedro Farinha, Manuel Gonçalves, Carlos Santos, Maria Conceição Dias, Ana Luísa Simões, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água.-----

Ausências: uma (01) Vitor Clemente. -----

A proposta é aprovada por maioria dos presentes. -----

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 3.ª Revisão do Orçamento para o ano 2013 e a 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal - 2013, conforme determina a alínea b) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: quatro (04) Francisco Oliveira, Luís Fernandes, Carlos Lima e Sara



Serra. -----

Abstencções: uma (01) Rosário Charrua -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Alberto Saraiva, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Anabela Nobre, Pedro Farinha, Manuel Gonçalves, Carlos Santos, Maria Conceição Dias, Ana Luísa Simões, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água.-----

Ausências: uma (01) Vitor Clemente. -----

A proposta é aprovada por maioria dos presentes. -----

PONTO DÉCIMO SEGUNDO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da composição dos júris de recrutamento para os cargos de Direcção Intermédia de 2.º e 3.º graus, previstos na estrutura orgânica dos serviços do Município de Albufeira, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 4.º e do n.º 1 do artigo 13.º, ambos da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto.-----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Carlos Lima: "Só para fazer uma pergunta, porque é que para concurso de direcção intermédia de segundo grau, são necessários quatro anos de experiência profissional, e de terceiro grau a Câmara põe três."-----

Presidente da Câmara: "Isso está estipulado na Lei."-----

Carlos Lima: "Numa, acho que deriva da Lei, que diz que são quatro, de segundo grau, só que para o terceiro grau a Câmara submete à Assembleia, que sejam três anos, a Assembleia pode dizer que não, o que me parece aí da proposta, é a Assembleia que vai dizer que três anos são suficientes para experiência profissional, enquanto que para os de segundo grau são quatro anos. Não me digam que fui eu o único que li a proposta. Fiquei na dúvida porque é que é diferente. A explicação a mim não me aquece nem arrefece, mas gostava de saber porque é que é diferente."-----

Presidente da Assembleia: "É menos exigente que o primeiro, é um critério. Aqui está em questão só a composição do júri."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----



Votos Contra: cinco (05) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Luís Fernandes, Carlos Lima e Sara Serra. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Alberto Saraiva, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Anabela Nobre, Pedro Farinha, Manuel Gonçalves, Rosário Charrua, Carlos Santos, Maria Conceição Dias, Ana Luísa Simões, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água.-----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria.-----

Antes de encerrar a sessão, são aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:30 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 24 de Junho de 2013 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

A SEGUNDO SECRETÁRIO _____